COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº. _____/2019

**EMENTA do PLO 134/2019: “CRIA O “DIA MUNICIPAL DE COMBATE À IMPORTUNAÇÃO SEXUAL – NÃO É NÃO” NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DO RECIFE.”
Pela APROVAÇÃO com emenda supressiva.**

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu o Projeto de Lei Ordinária nº. 134/2019, de autoria da vereadora Natália de Menudo, para análise e emissão de parecer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, tendo sido designado como relator, o Vereador Aerto Luna.

Em 27/05/2019, o projeto de lei foi apresentado em reunião plenária, em regime ORDINÁRIO de tramitação (art. 31, §2º da LOMR e art. 284, II do RICMR) e, encaminhado às Comissões Legislativas. O prazo regimental de emendas iniciou em 28/05/2019 e encerrou em 10/06/2019 (art. 288, “caput” do RICMR). A proposição não recebeu emenda.

Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (art. 287, I, “a” do RICMR). É o que importa relatar.

ANÁLISE

Quanto à legalidade, a competência suplementar do município para legislar sobre a matéria encontra amparo no art. 6º, I, da LOMR¹ cumulado com o art. 30, inciso I da Constituição Federal². Sobre o aspecto formal, a iniciativa parlamentar possui respaldo no art. 26, da LOMR³.

1 Art. 6, I da LOMR – “Compete ao Município: I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

2 “Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

3 Art. 26 da LOMR – “A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

O PLO nº 134/2018 inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife, o “Dia Municipal de Combate à Importunação Sexual – Não é Não”, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de novembro.

No entanto, em que pese a louvável iniciativa da vereadora, os arts. 2º, II e 3º do Projeto de Lei fere o princípio da Independência e Harmonia entre os poderes. Ao impor a realização de “debates, oficinas, palestras, fóruns e reuniões solenes.” por força da data comemorativa, a proposição invade competência legislativa exclusiva do executivo. Trata-se de flagrante intervenção na atividade da administração municipal, o que é vedado pelo art. 54, VI, “a”, da Lei Orgânica Municipal e art. 61, 1º, “b” e art. 84, IV da Constituição Federal. Leia-se:

LOMR

“Art. 54 - Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor mediante decreto sobre: (alterado pela Emenda nº 21/07)

a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (acrescido pela Emenda nº 21/07)”

CF/88

“Art. 61, § 1º: São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;” (Grifos nossos)

Além disso, o art. 2º, II do PLO dispõe que a data comemorativa tem como objetivo primordial “*criar mecanismos administrativos, judiciais e legislativos que inibam a ocorrência desse ilícito penal*”. De igual modo, entendo que o dispositivo ultrapassa o limite de atuação legislativa do município razão pela qual deve ser suprimido.

Assim, no intuito de adequar a proposição ao comando constitucional e a Lei Orgânica do Município, a Comissão de Legislação e Justiça, com os poderes que lhe confere o **Inciso III, do**

disposto nesta Lei Orgânica.”

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

art. 104 do RICMR⁴, propõe a seguinte **Emenda Supressiva**, a fim de sanar o vício formal que inviabiliza o prosseguimento do PLO 134/2019:

EMENDA SUPRESSIVA AO PLO 134/2019

Ementa: Suprime a redação dos arts. 2º, II e 3º do PLO 134/2019.

“Art. 1º - Suprime-se a redação dos artigos 2º, II e 3º do PLO 134/2019.”

Deste modo, uma vez aprovada a Emenda de Relatoria e sanado o vício, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **PLO 134/2019**, com redação dada pela Emenda Supressiva.

É o parecer.

DO VOTO

Conforme o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Ordinária nº. 134/2019**, de autoria da vereadora **Natália de Menudo**, com redação dada pela Emenda Supressiva.

Recife, 16 de setembro de 2019.

AERTO LUNA
Relator

4 Art. 104 do RICMR. “Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, caberá: **III - apresentar substitutivos ou emendas às proposições submetidas a estudo, assim como oferecer pareceres, opinando pela aprovação, total ou parcial, ou rejeição de matérias que forem destinadas a exame;**” Grifos nossos

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

Parecer da Comissão.

A Comissão de Legislação e Justiça, observadas as exigências legais e superados os trâmites regimentais, opinou pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Ordinária nº. 134/2019**, de autoria da vereadora **Natália de Menudo**, com redação dada pela Emenda Supressiva.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, em 16 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

AERTO LUNA
Presidente / Relator

ERIBERTO RAFAEL
Vice-Presidente

ALMIR FERNANDO
Membro Efetivo

RENATO ANTUNES
Membro Efetivo

SAMUEL SALAZAR
Membro Efetivo

AMARO CIPRIANO MAGUARI
Membro Suplente

EDUARDO CHERA
Membro Suplente

MARCOS DI BRIA
Membro Suplente